

A. I. N° - 203459.0009/05-8
AUTUADO - OCSANDO INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
AUTUANTE - RICARDO FRANÇA PESSOA
ORIGEM - INFAZ BONÔCO
INTERNET - 30/09/05

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0338-03/05

EMENTA: ICMS. SIMBAHIA.MICROEMPRESA . 1- FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO MENSAL. Comprovado pelos dados do INC-Informações do Contribuinte que o autuado estava com a inscrição cancelada desde 01/11/2001. Infração subsistente em parte. 2- DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO FISCAIS – DME. FALTA DE APRESENTAÇÃO - No período exigido o autuado estava com sua inscrição cancelada. Infração descaracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE.** Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 10/06/05, exige ICMS no valor de R\$ 13.500,00, acrescido da multa de 50%, e multa fixa no valor de R\$ 920,00, em razão das seguintes irregularidades:

- 1 -Deixou de recolher o ICMS nos prazos regulamentares, na condição de microempresa enquadrada no Regime Simplificado de Apuração do ICMS (SIMBAHIA), referente aos meses de janeiro/2001 a março de 2005, no valor de R\$13.500,00, acrescido da multa de 50%.
- 2 - Deixou de apresentar informações econômico-fiscais exigidas através de DME (Declaração do Movimento Econômico de Micro Empresa nos exercícios de 2002 a 2005 no valor de R\$ 920,00.

O autuado apresenta impugnação (fl. 14), solicitando uma análise do Auto de Infração, alegando que a empresa não poderia ser autuada pelo não recolhimento do imposto no período de 31/01/2001 a 31/03/2005, uma vez que no período de 01/01/2002 a 31/03/2005, a empresa encontrava-se inativa, conforme xérox da Declaração de Imposto de Renda Inativa enviada a Secretaria da Receita Federal, anexada às folhas 22 a 25 do PAF, não se pronunciando em relação à infração 2.

O autuante, em informação fiscal, à fl. 30, afirmou que tendo a interessada ingressado com pedido de baixa de inscrição, foi procedida à fiscalização nos termos do art. 169 do RICMS, tendo sido constatado falta de pagamento do ICMS no período de janeiro de 2001 a abril de 2005, bem como falta de apresentação da DME dos exercícios de 2002 a 2005, razão pela qual foi lavrado o Auto de Infração em epígrafe.

Informou que o autuado apresentou defesa, argumentando apenas que a empresa está inativa desde 01/01/2002, silenciando quanto ao resto do período, como também em relação a segunda infração. Sendo assim, entendeu o autuante como procedente a parte não contestada, e relativamente ao período argüido, dispôs que não haveria como a fiscalização saber se a interessada estava ou não inativa, a não ser pelo ingresso do pedido de baixa, adotando-se como data de paralisação das atividades a data de ingresso de tal pedido. Dessa forma, pede que julgue procedente a autuação na íntegra.

VOTO

A primeira infração refere-se à falta de recolhimento do ICMS no prazo regulamentar, na condição de Empresa de Pequeno Porte, durante o período de janeiro de 2001 a março de 2005.

Em sua defesa, o autuado alegou não ser cabível a autuação, por falta de pagamento do imposto, pois durante o período de 01/01/2002 a 31/03/2005, a empresa encontrava-se inativa, conforme xérox da Declaração de Imposto de Renda Inativa enviada a Secretaria da Receita Federal, tendo o defendente silenciando quanto ao período relativo ao ano de 2001 e em relação à infração 2, que se refere à falta de apresentação do DME, nos exercícios de 2002 a 2005.

O autuante, em sua informação fiscal, não aceitou como prova apresentada pelo autuado a Declaração do Imposto de Renda enviada à Receita Federal, dizendo que o pedido de baixa requerido pelo autuado é que prova o início da paralisação das atividades do mesmo.

Contudo, ao consultar os dados demonstrados no INC - Informações do Contribuinte, constato que o autuado estava com sua inscrição cancelada desde 01/11/2001, portanto, inabilitado, desde esta data, pela própria Secretaria da Fazenda, para exercer atividades comerciais. Neste caso, se o contribuinte adquirisse mercadorias, seria exigido o imposto por antecipação por estar a sua inscrição cancelada, ou seja, seriam mercadorias destinadas à contribuinte com inscrição cancelada, recebendo o mesmo tratamento de contribuinte sem inscrição ou sem destinatário certo.

Nestas Circunstâncias, considerando que o autuado se encontrava com a sua inscrição cancelada desde 01/11/2001, o correto é que seja exigido, da infração 1, a falta de recolhimento do imposto até 10/2001, conforme tabela abaixo:

Data Ocorr.	Data Vento	Base de Cálculo	Aliq. %	Multa %	Valor Histórico	Valor Real
31/01/01	09/02/01	10.800,00	2,5	50%	270,00	270,00
31/03/01	09/04/01	10.800,00	2,5	50%	270,00	270,00
30/04/01	09/05/01	10.800,00	2,5	50%	270,00	270,00
31/05/01	09/06/01	10.800,00	2,5	50%	270,00	270,00
30/06/01	09/07/01	10.800,00	2,5	50%	270,00	270,00
31/07/01	09/08/01	10.800,00	2,5	50%	270,00	270,00
31/08/01	09/09/01	10.800,00	2,5	50%	270,00	270,00
30/09/01	09/10/01	10.800,00	2,5	50%	270,00	270,00
31/10/01	09/10/01	10.800,00	2,5	50%	270,00	270,00
					2.430,00	2.430,00

Deste modo, o imposto a ser pago é de R\$ 2.430,00, acrescido da multa de 50%.

Em relação à infração 2, mesmo que o autuado não tenha se pronunciado, fica descaracterizada a infração, tendo em vista que o contribuinte estava com a inscrição cancelada a partir de 2002.

Do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 203459.0009/05-8, lavrado contra **OCSANDO INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, devendo ser intimado o autuado

para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 2.430,00**, acrescido da multa de 50%, prevista no art. 42, I, “b, item 3”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais,

Sala das Sessões do CONSEF, 21 de setembro de 2005.

ARIVALDO DE SOUZA PEREIRA - PRESIDENTE

MARIA DO SOCORRO FONSECA DE AGUIAR - RELATORA

EDUARDO RAMOS DE SANTANA - JULGADOR